



Política de Investimentos Para o Exercício de 2023

PORTOPREV - PORTO FELIZ/SP
Dezembro/2022

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Rafael' and 'Lidia'.

**Sumário**

1	Introdução	3
2	Definições	3
3	Diretrizes Gerais	3
4	Gestão Previdenciária (Pró Gestão)	5
5	Comitê de Investimentos	6
6	Consultoria de Investimentos	7
7	Modelo de Gestão	8
8	Segregação de Massa	8
9	Meta de Retorno Esperado	8
10	Aderência das Metas de Rentabilidade	9
11	Carteira Atual	9
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	10
13	Cenário	10
14	Alocação Objetivo	11
15	Apreçamento de ativos financeiros	12
16	Gestão de Risco	13
16.1	Risco de Mercado	13
16.1.1	VaR	13
16.2	Risco de Crédito	14
16.2.1	Abordagem Qualitativa	14
16.3	Risco de Liquidez	16
16.4	Risco Operacional	17
16.5	Risco de Terceirização	18
16.6	Risco Legal	18
16.7	Risco Sistêmico	19
16.8	Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento	19
17	Considerações Finais	20
	ANEXO I	22
	ANEXO II	23

Handwritten signatures and initials in blue ink.



1 Introdução

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Feliz/SP, PORTOPREV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei Complementar nº 60, de 06 de dezembro de 2004 e a Resolução CMN nº 4.963/2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Feliz/SP (PORTOPREV). A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho de Gestão do PORTOPREV na 22ª reunião ordinária, que ocorreu em 12/12/2022.

2 Definições

Ente Federativo: Município de Porto Feliz, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Feliz/SP / PORTOPREV

CNPJ: 07.381.646/0001-05

Meta de Retorno Esperada: IPCA + 4,71%

Categoria do Investidor: Geral

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Rafael Alcalá' and other illegible markings.



rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do PORTOPREV, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2023.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do PORTOPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.



Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o PORTOPREV deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

4 Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.3/22, tem por objetivo incentivar o PORTOPREV a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta preacordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimentos, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Gestão, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste Instituto, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores



incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

O PORTOPREV fez adesão ao Programa de Modernização PRÓ-GESTÃO RPPS em 08/12/2021, estando em fase de implantação do Nível I.

5 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a Lei Complementar nº 60, de 06 de dezembro de 2004, que instituiu o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Feliz, o Comitê de Investimento do PORTOPREV é formado por 04 (quatro) servidores efetivos da Administração Direta, Indireta, Câmara de Vereadores e/ou aposentados, sendo 03 (três) titulares e 01 (um) suplente, que possua vínculo previdenciário com o PORTOPREV, nomeados pelo Executivo Municipal para mandato de 02 (dois) anos, com função de órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Superintendência e ao Conselho de Gestão. Neste colegiado podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

Todos os membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

TIPO DE CERTIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE MEMBROS	VENCIMENTOS
CPA - 10	2	30/06/2024
		20/01/2025*
CGRPPS	2	12/04/2023
		18/01/2026

*Membro suplente



6 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o PORTOPREV no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;

6.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

6.3 - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021:

"Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social:

(...)

III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço;

b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento."

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do PORTOPREV, de acordo com o Artigo 95, da Portaria MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o PORTOPREV realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

8 Segregação de Massa

O PORTOPREV não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2023 o PORTOPREV prevê que o seu retorno esperado será no mínimo o IPCA acrescido de uma taxa de juros de 4,71%.

A escolha do IPCA se justifica devido ser o mesmo índice de preços que o órgão do Poder Executivo Municipal utiliza para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial, assim como a escolha da taxa de juros real de 4,71%.

Para definição da taxa de juros parâmetro, aplicou-se a Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média, de acordo com a duração do passivo do RPPS (17 anos), conforme a Portaria MTP Nº 1.837, de 30 de junho de 2.022

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PD', 'SA', and 'SA'.



10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que a rentabilidade da carteira do PORTOPREV nos últimos anos se comportou da seguinte forma, aderentes às metas atuariais:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE
2018	11,54 %	9,92 %
2019	19,09 %	10,59 %
2020*	6,70 %	10,63 %
2021*	-0,79 %	16,00 %

* Os resultados referentes aos anos 2020 e 2021 foram afetados negativamente pela pandemia da COVID-19, que trouxe insegurança com relação às questões sociais, além do fechamento da economia no mundo todo. Conseqüentemente, em 2021, a elevada taxa de inflação levou o Banco Central a aumentar as taxas de juros para cumprimento das metas, afetando diretamente os investimentos.

11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data de 24/10/2022.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENDA FIXA	100%	66,97 %
RENDA VARIÁVEL	30%	19,35 %
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	6,22 %
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	7,46 %
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	0 %
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0 %



12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do PORTOPREV e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12);
- ✓ Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- ✓ A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- ✓ Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão da Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 25/11/2022, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado



pele GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

Agregado	2022					2023					2024				
	12-4	12-1	12-3	Comp. Semanal*	Meta	12-4	12-1	12-3	Comp. Semanal*	Meta	12-4	12-1	12-3	Comp. Semanal*	Meta
IPCA (variação %)	5,61	5,08	5,91	▲ (5)	189	5,91	4,7	6,34	5,81	5,81	▲ (2)	179	5,28	4,7	1,28
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,75	2,98	2,81	▲ (2)	181	2,78	2,8	3,94	3,78	3,78	▲ (2)	188	3,77	2,8	1,28
Câmbio (R\$/US\$)	5,29	5,25	5,27	▲ (2)	113	5,28	5,4	5,28	5,34	5,28	▲ (2)	111	5,27	5,4	1,28
Selic (% a.a.)	12,75	12,75	12,75	— (0)	187	12,75	12,7	12,25	12,28	12,28	— (2)	128	12,25	12,75	1,28
ICPM (variação %)	4,40	4,81	5,85	▼ (22)	75	5,88	3,8	4,57	4,58	4,52	▲ (2)	77	4,56	3,8	1,28
IPCA Ajustado (variação %)	-3,4	-3,42	-3,05	▲ (3)	88	-3,79	2,8	-3,52	-3,58	-3,58	▼ (2)	87	-3,58	2,8	1,28
Conta corrente (US\$ bilhões)	-17,84	-17,50	-14,87	▼ (3)	37	-14,28	11	-12,34	-12,65	-12,75	▼ (2)	28	-11,12	11	1,28
Balança comercial (US\$ bilhões)	58,11	58,68	55,88	— (2)	25	53,88	18	58,88	58,88	58,88	▲ (2)	27	57,48	18	1,28
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	74,21	80,68	80,08	— (2)	24	76,08	18	71,88	71,88	71,88	— (2)	19	75,88	18	1,28
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	58,44	57,52	57,78	▲ (1)	31	58,38	18	62,95	62,78	61,88	▲ (1)	11	61,78	18	1,28
Resultado primário (% do PIB)	1,88	1,78	1,15	▲ (1)	38	1,85	12	-1,78	-1,88	-1,88	▲ (1)	18	-1,88	12	1,28
Resultado nominal (% do PIB)	-1,28	-1,08	-1,18	▲ (1)	34	-1,08	18	-2,78	-2,88	-2,78	▼ (2)	38	-2,48	18	1,28

14 Alocação Objetivo

A tabela apresentada no Anexo I, traz a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

A definição dessa **alocação objetivo** não irá alterar a forma de investimento praticada, não gerando, portanto, quaisquer impactos. A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA) cujo indexador é o IPCA e taxa de juros de 4,71% a.a. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

A alocação objetivo adotada é resultante do Estudo de **ALM (Asset Liability Management)**, que foi realizado previamente pela empresa de consultoria LDB



Consultoria Financeira, e foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13, e o Estudo de ALM.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o PORTOPREV aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo PORTOPREV são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federal, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA. Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do PORTOPREV no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não se deve deixar de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de



instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e também o critério contábil que este título será registrado.

16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

16.1.1 *VaR*

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do PORTOPREV controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.



O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENDA FIXA	5%
RENDA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%

16.2 Risco de Crédito

16.2.1 Abordagem Qualitativa

O PORTOPREV utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING	RATING
	EMISSOR	EMISSÃO
Titulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Titulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

[Handwritten signatures and initials]



Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- ✓ Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;



- ✓ O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

16.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. *Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)*

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

Dada a sua importância para o balizamento da alocação objetivo e tomada de decisões, o PORTOPREV realizou Estudo de ALM atualizado, data de maio 2022.

B. *Redução de demanda de mercado (Ativo)*

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.



O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	60%
De 31 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	40%

16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.



16.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de



investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do PORTOPREV;

- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

16.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartada. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do PORTOPREV se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do Instituto.



17 Considerações Finais


Este documento será disponibilizado por meio de divulgação no site oficial do PORTOPREV a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Gestão.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.


ANEXOS

- Anexo I: Objetivo de alocação dos investimentos para 2023.
- Anexo II: Aprovação dos Conselhos de Gestão, Fiscal e Comitê de Investimentos da Política de Investimentos para 2023.

Porto Feliz, 12 de dezembro de 2022.



Daniela Regina Rodrigues Pires
Superintendente do Instituto



Bruna Silva de Carvalho
Presidente do Conselho de Gestão



Andréa

Andréa Moraes Piva
Presidente do Conselho Fiscal

Murilo Felix

Murilo Henrique Felix
Presidente do Comitê de Investimentos

Porto Feliz
SP

ANEXO I

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PARA 2023.

Enquadramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Cojntivo	Limite Superior	Art. 18 [% FPPS]	Art. 19 [% Fundo]
Art. 7º, I, "a"	Titulos Públicos		100%	0%	38,59%	40,00%	100%	-	-
Art. 7º, I, "b"	Fundos 100% Titulos Públicos		100%	0%	24,35%	24,51%	100%	-	-
Art. 7º, I, "c"	Fundos de Índice 100% Titulos Públicos		100%	0%					
Art. 7º, II	Operações Compromissadas		5%	0%			5%	20%	15%
Art. 7º, III, "a"	Fundos Renda Fixa	100%	60%	0%	4,48%	5,49%	60%	20%	15%
Art. 7º, III, "b"	Fundos de Índice Renda Fixa		60%	0%			60%	20%	15%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)		20%	0%			20%	20%	15%
Art. 7º, V, "a"	Cota Sênior de FIDC		5%	0%			5%	20%	5%
Art. 7º, V, "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%			5%	20%	5%
Art. 7º, V, "c"	Fundo de Debêntures Incentivadas		5%	0%			5%	20%	5%
Art. 8º, I	Fundos de Ações	30%	30%	0%	17,87%	10,00%	30%	20%	15%
Art. 8º, II	Fundos de Índice de Ações		30%	0%			30%	20%	15%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa		10%	0%			10%	20%	15%
Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10%	10%	0%			10%	20%	15%
Art. 9º, III	Ações - BDR Nivel I		10%	0%	6,69%	10,00%	10%	20%	15%
Art. 10, I	Fundos Multimercados		10%	0%	8,02%	10,00%	10%	20%	15%
Art. 10, II	Fundo de Participação	15%	5%	0%			5%	20%	15%
Art. 10, III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%			5%	20%	15%
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	5%	5%	0%			5%	20%	15%
Art. 12, I	Empreósitos Consignado - Sem Pró Gestão		5%	0%			5%	20%	15%
Art. 12, II	Empreósitos Consignado - Com Pró Gestão		10%	0%			10%	20%	15%

Data Refer. 25/11/2022

- * Art. 7º, V, A, B e C: limite global (III) 25%, III (30%) e IV (35%);
- * Art. 10, § 2º: limite global (III) e (IV) 20%;
- * Art. 14: 8 + 10 + 11 = 30%;
- * Art. 14, § único: (I) 35%, (II) 40%, (III) 50% e (IV) 60%;
- * Art. 20: O total das aplicações dos recursos do RPPS não podem exceder a 5% do volume total gerido de recursos de terceiros da Instituição Financeira;

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Signature] [Signature]
 [Signature] [Signature]

**ANEXO II**

APROVAÇÃO DOS CONSELHOS DE GESTÃO, FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PORTOPREV SOBRE O OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS PARA 2023, ESTIPULADO NO ITEM 14 (Fls. 11).

CONSELHO DE GESTÃO_____
Bruna Silva de Carvalho_____
Ana Maria da Silva Simeira_____
Daniele de Campos Camargo_____
Leonardo Bronze Segga_____
Maria Regina Taborda Bru gnaro_____
Tiago Aparecido Páscoli Servelin_____
Simone Soncin Diana Vitore da Silva**CONSELHO FISCAL**_____
Andréa Moraes Piva_____
Caroline Santana Calisto_____
Reinaldo Antonio da Silva**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**_____
Murilo Henrique Felix_____
Mayckel Wanderson dos Santos Camargo_____
Naiara Cristina Gobi Benedete